



Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela: reflexões sobre as mulheres negras na economia solidária no RS

Girl from Angola with a rattle wrapped around her ankle: reflexions on black women in the solidarity
economy in RS

Gilciane Beatriz Aguiar das Neves*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir sobre o papel e a relação das mulheres negras com a economia solidária no Rio Grande do Sul. Por meio da perspectiva analítica da interseccionalidade, aqui direcionada para a apreensão de raça e gênero, buscou-se identificar e apontar que, mesmo sendo significativa a participação das mulheres negras na economia solidária, elas ainda não se fazem presentes nos espaços de poder, tanto na gestão dos empreendimentos, quanto nos espaços da militância e de representação política. É fundamental entender a pouca visibilidade das mulheres negras na economia solidária no sul do país, região hegemonicamente marcada pela atuação de atores sociais descendentes das imigrações alemã e italiana, pois são elementos importantes para refletirmos se a economia solidária repete, ou não, as práticas de exclusão racial e de gênero do sistema capitalista, reproduzindo desigualdades historicamente colocadas às mulheres negras, submetidas às vulnerabilidades socioeconômicas e ao trabalho não-valorizado.

Palavras-chave: Mulheres negras. Economia solidária. Desigualdades.

Abstract: This article aims to discuss the role of black women with the solidarity economy in Rio Grande do Sul. Through the analytical perspective of intersectionality, here directed to the apprehension of race and gender, we sought to identify and point out that, even though the significant participation of black women in solidarity economy, they are still not part of the power spaces, either in the management of projects, as well in the militancy spaces and political representation. It is essential to understand the low visibility of black women in the solidarity economy in the south of Brazil, a region hegemonically marked by the action of social actors descended from German and Italian immigration, as they are important elements to reflect on whether the solidarity economy repeats or not the racial and gender exclusion practices of the capitalist system, reproducing inequalities historically placed on black women, submitted to socioeconomic vulnerabilities and undervalued work.

* Graduada em Administração Pública e Social na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – EA/UFRGS. Integrante do Empreendimento Econômico Solidário Feminista D'versas e educadora popular do Centro de Assessoria Multiprofissional/CAMP. E-mail: negra.gilcianeneves@gmail.com

Keywords: Black Women. Solidarity Economy. Inequalities.

Considerações iniciais

Morena de Angola é uma música composta por Chico Buarque e que foi lançada por Clara Nunes em 1980. Foi escrita em Angola, um país do Continente Africano, em comemoração à independência angolana, que ocorrera em 1975. A música faz referência à cultura, às tradições e à culinária do país, mas também faz referência a história das mulheres neste contexto de luta, organização e revolução que o país angolano vivenciava no período.

José Carlos Sebe Bom Meihy afirma que a canção de Chico Buarque é uma expressão da influência da cultura angolana na cultura brasileira, sendo a musicalidade também uma importante ferramenta da história oral, que resgata memórias, costumes e influências entre essas duas culturas. O autor, além de nos lembrar que a Angola foi a região da África que teve a maior quantidade de envio de escravos para o Brasil, também salienta que essas influências forjam nossas identidades e resistências, trazendo novas significações. Em suas palavras:

A 'ressignificação' de alguns desses valores, constantes nas letras de músicas, atesta tanto a força da persistência de pontos estratégicos para a afirmação cultural como a vitalidade de elementos essenciais para a cultura popular como forma de expressão de identidades oprimidas. São, pois, polos caracterizadores da cidadania calcados na memória não oficializada.¹

Neste trabalho utilizo a referência desta composição por entender que ainda se faz necessário resgatar a tradição, a cultura e o empoderamento, não só das mulheres negras, mas de todo o povo negro no Brasil. É uma singela homenagem, mas também uma forma de chamar a atenção para o tema em questão, a partir de minha trajetória na economia solidária. Assim, este texto, de caráter autobiográfico e reflexivo, faz uma alusão a Morena de Angola, que aqui é uma mulher negra de 44 anos, moradora da periferia de Porto Alegre, mãe de 3 filhos e avó de uma bebê de 8 meses e que, desde 2001, escolheu vivenciar o mundo do trabalho de uma forma diferente, que não fosse a forma de trabalho capitalista. São 20 anos na economia solidária, que certamente ampliaram minha visão de mundo e me impulsionaram a ter um olhar crítico para as relações sociais e de trabalho.

As desigualdades e violências do povo negro são vivenciadas desde nossos ancestrais e o que tentarei discorrer neste texto trata-se de um primeiro exercício de buscar também um "lugar de escrita" da Morena de Angola que entra na universidade depois dos 40 anos de idade.

¹ MEIHY, José C. Sebe Bom. O samba é Morena de Angola: oralidade e música. *História oral*, [s. l.], v. 7, p. 121-143, 2004, p. 124.

O cochicho do chocalho: inquietações de uma mulher negra na economia solidária

Em 2019, enquanto Morena de Angola, comecei a mexer o chocalho dentro da universidade, passei no vestibular pelos meus esforços, bem como com as cotas racial e social, sendo a primeira pessoa da família a ingressar numa universidade pública. Esta é a primeira vez que me proponho a escrita de um trabalho como este. Trata-se de meu primeiro artigo/ensaio. Na verdade, fui provocada por parceiras militantes da economia solidária no RS a colocar neste trabalho questões que entendemos que precisam ser visibilizadas, ditas, pautadas no movimento de economia popular solidária para que, de fato, sejamos um movimento econômico popular solidário antirracista².

Neste sentido, aceitei como desafio a minha necessidade de trazer a temática sobre a invisibilidade das mulheres negras na economia popular e solidária para ser refletido na roda da nossa ciranda, através do conceito da interseccionalidade. Essa invisibilidade não pode ser analisada apenas a partir de um aspecto, mas sim por meio de muitas dimensões (raça, gênero, classe) que se colocam historicamente nas nossas relações. Essas dimensões se sobrepõem, não contendo uma hierarquia, mas uma interligação que conformam as relações de poder³ e as camadas de opressão. Neste sentido, Carla Akotirene coloca que “é imprescindível, isto de utilizar analiticamente todos os sentidos para compreender as mulheres negras e as mulheres de cor, na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas”⁴.

Por participar também de outros espaços que pautam a questão antirracista e valorização da cultura negra⁵, o conceito de interseccionalidade já fazia parte das rodas de conversa e análises de conjuntura. No entanto, foi quando acessei o texto de Eliene Anjos *et al*⁶, que vi o quanto esta categoria analítica também se faz muito pertinente na economia solidária, uma vez que as autoras enfatizam a importância dos estudos que tratam os temas das mulheres negras, na perspectiva de raça e gênero, olhando para estas mulheres na sua integralidade, por meio da interconexão das

² Em especial aqui, a minha amiga e colega Daniela de Oliveira, mulher branca, doutoranda em Sociologia e militante da economia solidária que, sensivelmente, no meu entender, vem crescendo junto a militância antirracista e que compreende a importância de apoiar a caminhada educacional das mulheres, e em especial das mulheres negras. A Dani esteve junto comigo em todas as etapas: na escolha da bibliografia, nos processos de estudos, nas dicas sobre a ABNT, na orientação das citações e na revisão do texto, respeitando sempre a minha forma de escrever. A ela, toda minha gratidão.

³ HIRATA, Helena. Gênero, raça e classe: as controvérsias sobre o paradigma interseccional. In: SOUZA, André R. de; LUSSI, Isabela A. de Oliveira; ZANIN, Maria (Orgs.). *Engajamento e reflexão transversal em economia solidária*. São Carlos, SP: EduFSCar, 2020.

⁴ AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018, p. 43.

⁵ Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras na Vila Cruzeiro, Coletivo Solidária Afroaya, no Bairro Restinga, e Associação Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo, no Bairro Cristal.

⁶ ANJOS, Eliene Gomes dos *et al*. A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. *Otra Economía*, [s. l.], v. 12, n. 22, p. 106-119, jul./dic. 2019. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14830/9463>. Acesso em: 12 ago. 2021.

relações de poder historicamente impressas em suas realidades socioeconômicas e políticas e que também se fazem presente na economia solidária.

Ao iniciar, ainda na adolescência, minha trajetória de busca de emprego formal, encontrei no sistema capitalista as mais diversas formas de opressão e violência que possam ser cometidos mesmo após o período oficial da escravidão. Dos 19 aos 21 anos trabalhei como doméstica em casas de famílias tradicionais brasileiras, ou seja, famílias “brancas”. Foram tantos sofrimentos que quando conheci as organizações do terceiro setor e os movimentos sociais, estes me apresentaram uma outra “economia possível”, a Economia Popular Solidária, que é uma outra forma de organização e trabalho e que tem como objetivo romper com a lógica capitalista. Fiquei encantada com estas possibilidades, pois eu estava cansada de vivenciar tanta violência.

Afirmo aqui que o trabalho doméstico não é vergonhoso para nenhuma trabalhadora, o que é vergonhoso é a forma com que as relações entre patrões e trabalhadoras domésticas é dado, de maneira que exista uma hierarquia e uma separação de poder entre quem manda e quem obedece. Neste caso, todas as mulheres trabalhadoras domésticas passam por essas violências, no entanto quando se trata das trabalhadoras negras, a violência toma uma proporção maior porque para o capitalismo, ao longo da história, as mulheres negras são subjugadas⁷. Elas ficam bem abaixo de todos os outros seres humanos até mesmo abaixo dos homens negros. No meu entender, existe um pensar quase que unânime no capitalismo que todas as violências físicas e psicológicas são permissivas às mulheres negras porque elas são vistas como mulheres fortes e guerreiras e conseguem vencer a todas as opressões.

Quando a Morena de Angola conheceu a economia solidária, entendi que neste novo sistema, que é baseado por princípios de cooperação, solidariedade, autogestão, autonomia, entre outros, é possível vivenciar esta nova forma de organização para o trabalho, que é voltada para a valorização do trabalho humano, a partir do respeito as diferenças, em que as/os trabalhadoras/es serão responsáveis por todo o conjunto de trabalho que a tarefa necessitar, recebendo o valor justo, pela realização deste trabalho.

Na pesquisa realizada por Anjos *et al*, que utilizou como base de dados os SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária), a partir de um levantamento de 2013, as autoras constataram que:

O perfil revelado pelos dados estatísticos dos trabalhadores associados – homens e mulheres, negros e não negros – evidenciou que não há ruptura com as

⁷ De acordo com Hirata: “as trabalhadoras domésticas no Brasil realizam também o trabalho de cuidado de crianças, pessoas idosas, doentes e pessoas com deficiência nas casas onde atuam. Louisa Acciari pesquisou o trabalho doméstico, segmento que abarca 6,4 milhões de indivíduos no Brasil, dos quais 93% são mulheres e 61%, negros. Ela mostrou a utilidade do uso do paradigma interseccional na análise de seus achados: *os efeitos do patriarcado, do racismo e do capitalismo são sobrepostos e cumulativos, criando não só a adição de opressões, mas uma forma de opressão específica.*” HIRATA, 2020, p. 21.

desigualdades de gênero e raça nas iniciativas da economia solidária. O que constatamos é que há desigualdades entre os desiguais. Essa premissa torna-se mais evidente quando 60,4% da população negra, contra 34,9% da branca, afirmam que a remuneração obtida no EES é a sua principal fonte de renda. Esse dado, agregado a análise realizada, sugere que para a maioria dos/as trabalhadores/as brancos/as a renda auferida é complementar a outra atividade. Diferentemente para a maioria dos/as negros/as que aponta ser a renda do EES sua receita principal. A renda obtida nos EES também tem importância distintas para homens e mulheres. Ela tem primazia nos rendimentos para 45,5% dos trabalhadores homens, enquanto que para as trabalhadoras mulheres é de 54,5%. Dentre essas, a remuneração obtida se constitui como principal para 64,1% das mulheres negras, contra 32,7% para as mulheres brancas. Essa constatação revela maior vulnerabilidade das trabalhadoras associadas negras, seguida pelos trabalhadores negros, devido à relevância dessas iniciativas para a reprodução social.⁸

Na Economia Solidária, as violências não devem ser toleradas, sejam elas de qualquer natureza: racismo, machismo, homofobia ou intolerância religiosa e qualquer tipo de ação que possa ferir a integridade do ser humano. No entanto, por atuar em quase todas as formas de organização do movimento de economia solidária, percebo discursos bonitos e contundentes, mas algumas práticas que não dialogam com esses discursos. Jesse Souza, no lançamento virtual do seu novo livro “Como o racismo criou o Brasil”, em 19 de agosto de 2021⁹, afirma que: “é necessário sentir o racismo, o racismo tem máscaras que assumem para continuar existindo, não dá para ficar na emoção, é necessário refletir para que possamos nos contrapor a humilhação que o racismo causa”. Utilizo este trecho da fala de Jesse, para refletir sobre a invisibilidade das mulheres negras na economia solidária. Quais seriam as máscaras que o racismo utiliza no movimento que faz com que as mulheres negras não sejam vistas como sujeitas dentro do movimento?

Além dessas reflexões que partem da minha trajetória, também me chamou atenção não encontrar dados no Rio Grande do Sul, em publicações. Um exemplo que encontrei foi, de posse da cartilha “A Economia Solidária no Rio Grande do Sul – Resultado do 2º mapeamento e cadeias produtivas solidárias no estado”, com publicação e distribuição em 2013¹⁰. Na primeira parte da cartilha, que trata dos dados gerais dos Empreendimentos Econômicos Solidários no RS, não constam os dados das categorias de raça e gênero¹¹. Mais uma vez, não me vi ali, a Morena de

⁸ ANJOS *et al*, 2019, p. 116-117.

⁹ COMO O RACISMO Criou o Brasil – com Jessé Souza e Eduardo Moreira – 19/agosto 20h. 19 ago. 2021. 1 vídeo (2h57min14s). Publicado pelo canal TV 247. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QyG5r7z3oGM>. Acesso em: 26 nov. 2021.

¹⁰ “Esta cartilha é resultado de um projeto realizado em parceria entre a SESAMPE e a UNISINOS, que objetivou realizar uma análise dos dados do Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária do estado do Rio Grande do Sul, oferecendo um retrato mais detalhado de seu potencial e características socioeconômicas, por segmento de atuação e território de inserção. O objetivo principal deste projeto foi mapear aproximadamente 300 Empreendimentos de Economia Solidária (EES) nas regiões ainda descobertas pela pesquisa nacional do Mapeamento no RS, que foi realizada em 2009/2010, complementando os 1700 EES já mapeados”. SESAMPE-DIFESOL. A economia solidária no Rio Grande do Sul. Resultados do 2º mapeamento e cadeias produtivas solidárias nos estados. São Leopoldo: Unisinos, 2013, p. 3.

¹¹ Os dados coletados e divulgados referem-se a: % de sócios por porte do EES; Forma de organização; Área de atuação; Perfil das sócias e sócios; Categoria Social; O que motivou a criação do EES; Atividade

Angola, mulher negra militante da economia solidária não estava representada naquele mapeamento.

Os maiores desafios são entender as razões pelas quais ainda temos tanta invisibilidade das mulheres negras dentro da economia solidária; as razões pelas quais as mulheres negras não ocupam espaços de decisão. É importante salientar que utilizo o termo decisão porque isto perpassa pela representação do empreendimento que ela faz parte e em outros espaços de decisão, mas também quer dizer representação em espaços que disputam processos de poder. Mais uma vez, a interseccionalidade nos ajudar a apreender sobre as tantas camadas que perpassam as relações de poder e as desigualdades, como colocam Anjos *et al*:

Apesar de reconhecer que os estudos situados nos movimentos da economia solidária tenham destacado a participação da mulher nessas iniciativas, caracterizadas pelas práticas de solidariedade e gestão democrática, a situação de vulnerabilidade socioeconômica dos/as trabalhadores/as dos empreendimentos solidários impõe uma problematização política que revele os processos de dominação e discriminação que não estão isentos. Nesse contexto, a perspectiva interseccional explicitou as desigualdades que se reproduzem em espaços que são marcados por uma sociabilidade em que não impera a lógica mercantil, mas, ainda assim, é refém das relações desiguais constituídas historicamente.¹²

Neste sentido, alguns questionamentos me impulsionam: que tipo de poder uma economia popular e solidária poderia oferecer às mulheres negras? Dinheiro? Acesso ao microcrédito? Acesso à construção e elaboração de projetos? Acesso à informação e estruturas de pensamento de diretrizes políticas que possam trazer benefícios para o movimento da Ecosol, bem como para os empreendimentos?

Eu venho ensaiando algumas respostas possíveis, a partir de relatos que ouço de algumas/alguns militantes, dentre eles, frases como: as mulheres negras não querem ocupar estes espaços; as mulheres negras não têm escolaridade para ocupar estes espaços, as mulheres negras estão mais preocupadas com o dinheiro para seguir alimentando seus filhos do que ocupar estes espaços, as mulheres negras se sentem constrangidas nestes espaços e preferem ficar apenas “produzindo”. Enfim, são muitas respostas, mas para mim nenhuma dessas respostas nos mostra a dimensão exata de como e porquê as mulheres negras são invisibilizadas e, por vezes, até silenciadas. Têm muitas/os trabalhadoras/es “brancas/os” da economia solidária que, de posse destas justificativas, para a não participação da mulher negra nos espaços e, muitas vezes, até dizendo do que a mulher negra precisa. Mas, quando têm mulheres negras nestes mesmos espaços e que estas se colocam, por vezes, elas são silenciadas. Eu já ouvi até afirmação como: elas não “entendem”.

principal; Importância da renda para os sócios; Resultados; Periodicidade da Assembleia ou reunião dos sócios; Principais desafios do EES, Renda obtida no EES.

¹² ANJOS *et al*, 2019, p. 3.

Ainda sobre a cartilha do 2º mapeamento, percebi também a pouca representação das mulheres. De acordo com a publicação, foram 268.994 sócios mapeados, sendo 85.120 mulheres (32%) e 183.867 homens (68%), embora os dados revelem que as mulheres são maioria nos EES de menor porte e mostram que: “apesar das mulheres serem mais atuantes e existir um maior número de empreendimentos com maioria de mulheres, os homens são a maioria dos associados nos maiores empreendimentos, como no caso das associações de agricultores”¹³.

Sabemos que o Rio Grande do Sul é marcado pela grande concentração de imigrantes italianos e alemães, que receberam doações de terras públicas para a prática da agricultura e para a substituição da mão de obra escrava¹⁴. No momento da “libertação” dos escravos, passaram a não reconhecer os negros como parte pertencentes desta história, em que, me permitam a expressão, foram “libertos” com uma mão na frente e outra atrás. Com isto, esta população fica à margem, e se valoriza, então, a mão de obra destes imigrantes e a estes lhes são concedidos benefícios para que os mesmos pudessem gerar a riqueza do Estado, dando-lhes a garantia de vida plena.

Tenho feito algumas observações nos espaços de economia solidária onde eu atuo e gostaria de trazer aqui para que possamos refletir juntas/os alguns fatos que acontece na Ecosol RS. A economia solidária é uma economia desenvolvida por mulheres (o processo de organização, produção e de comercialização). No entanto, a gestão interna do empreendimento é feita pelos homens. São eles que desenvolvem o papel de coordenação administrativa, financeira e política dos empreendimentos, das entidades de apoio, das incubadoras e mesmos nos fóruns de economia solidária, onde a maior parte de integrantes são as mulheres, mas, por vezes, quando um homem fala, o silêncio torna-se quase absoluto.

A economia solidária é uma economia baseada no cuidado, no bem viver e no bem-estar comum, como forma de manter vivo a ideia de que tudo é de todas/os e todas/os, responsáveis pelo coletivo. Entretanto, vejo constantemente a reprodução do sistema capitalista e as mulheres negras sendo responsáveis por atividades que não precisam de tomadas de decisão, ou mesmo em atividades não valorizadas.

Nos processos de formação, e são inúmeros os que já participei, sempre é enfatizado que a economia solidária não classifica os/as trabalhadoras/es por grau de instrução, que não é a escolaridade da/o trabalhadora/o que vai definir o valor da sua retirada mensal. Mas nem sempre é assim, e quando se trata de mulheres negras, por experiência própria, não importa o grau de

¹³ SESAMPE-DIFESOL, 2013, p. 7.

¹⁴ HEREDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 94, n. 10, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>. Acesso em: 7 set. 2021.



instrução, a ela sempre será reembolsado um preço menor pelo seu trabalho, geralmente nos dão a justificativa de que não há recursos. Akotirene nos alerta que:

O trabalhador branco tem um salário a mais e recebe os benefícios da branquitude ao mesmo tempo que branca gera oportunidade de trabalho, garantindo dignidade no acesso a bens e serviços, boas escolas para estudar, sem sofrer depredação ambiental ou falta de saneamento.¹⁵

No que diz respeito ao movimento da economia solidária, os espaços de decisões políticas, de organização, planejamento do movimento são os fóruns Municipais, Regionais, Estaduais e Nacional. As pessoas que compõem estes espaços são representações de empreendimentos econômicos solidários, de entidades de apoio e fomento e gestores públicos. Vou me ater ao Fórum Gaúcho: o Fórum Gaúcho de Economia Solidária, criado em 2003, é composto por uma representação de todos os fóruns regionais dos três segmentos que compõe o movimento de ECOSOL. A coordenação é feita por uma equipe executiva que tem como objetivo agilizar os processos de decisões do coletivo, e uma coordenação ampliada que tem como objetivo articular a participação de todas/os as/os representantes das regiões nos fóruns. Nesses dois espaços de representação, temos apenas duas mulheres negras, num total aproximado de 30 pessoas.

Acredito que, apesar de muitas/os militantes se esforçarem amplamente para superar essas desigualdades, o Movimento de Economia Solidária precisa se reconhecer enquanto um movimento que ainda vivencia as práticas racistas, que tanto repudiamos no sistema capitalista. Muitas/os podem argumentar que o movimento não é racista, mas sim as pessoas, mas se o movimento é construído a partir das ações das pessoas, e as pessoas não admitem seu racismo, constroem dessa forma um movimento racista. Depois de se reconhecer racista é preciso que o movimento desenvolva processos de formação e debates sobre raça, gênero, machismo, homofobia entre outros tantos temas que ainda precisam ser colocados junto ao movimento, temas estes que também são invisíveis.

Faz-se necessário avançar em ações concretas que possibilitem que as mulheres negras do movimento de economia solidária tenham um espaço de participação garantido em todas as atividades do movimento. Possibilitar espaços para que a mulher negra possa ocupar seu lugar de fala (e também de escrita) e trazer ali as suas experiências e desafios na economia solidária. Temos que colocar em prática a tão famosa frase da filósofa Angela Davis¹⁶: Não basta não ser racista; tem que ser antirracista, pois para nós, mulheres negras, não nos ajuda muito apenas dizer que não se é racista, é preciso garantir, a partir de ações concretas, formas de vivenciar o antirracismo, de

¹⁵ AKOTIRENE, 2018, p. 44.

¹⁶ DAVIS, Angela. *Mulheres Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

maneira que a participação das mulheres negras seja visibilizada de forma justa e igualitária, respeitando a trajetória de cada mulher negra.

Uma ação concreta, por exemplo, pode ser a criação de ferramentas qualificadas de mapeamento dos empreendimentos afros e das mulheres negras da economia popular solidária, para que se crie instrumentos de qualificação, formação, capacitação acesso a recurso, tanto para as mulheres quanto para os empreendimentos, bem como garantir e defender esses protagonismos.

Desamarrando o chocalho da canela: considerações finais

Todas e todos nós da economia solidária, sem distinção de raça e gênero, mas em dimensões diferentes, queremos uma outra forma de fazer economia. No entanto, no meu ponto de vista, ainda não conseguimos abrir mão dos sentimentos e práticas que nos aprisionam ao atual sistema, que se utiliza dessa nova economia para continuar a exercer práticas que repudiamos. É necessário que cada sujeito que compõe a economia solidária possa estar disposto a abrir mão dos seus privilégios para que façamos uma nova economia.

Entretanto, para ter ou construir uma nova sociedade precisamos: i) ter sujeitos dispostos a primeiro entender seus privilégios; ii) que adotem práticas que, de fato, deem voz e vez para as mulheres negras e; iii) que se coloquem no lugar das mulheres negras, não para subtrair suas vozes, mas para entender que ainda temos muito a avançar. Sentir na pele o que cada mulher negra passa é um fator utópico, pois só quem é mulher negra consegue sentir ou ter empatia de imaginar e se colocar neste lugar com um papel de escuta e com a sensibilidade de quem, de fato, deseja construir uma sociedade mais justa e igualitária e, assim, uma economia emancipadora para todas/os.

A Morena de Angola que leva o chocalho amarrado na canela está disposta a usar o chocalho para fazer barulho, mas, em especial, para dançar junto a cantiga da ciranda solidária, de forma que cada vez mais mulheres negras possam ser visibilizadas e, por que não, protagonistas da sua própria história, organizadas e reconhecidas, cada vez mais, no movimento da economia solidária.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

ANJOS, Eliene Gomes dos *et al.* A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. *Otra Economía*, [s. l.], v. 12, n. 22, p. 106-119, jul./dic. 2019. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14830/9463>. Acesso em: 12 ago. 2021.



COMO O RACISMO Criou o Brasil – com Jessé Souza e Eduardo Moreira – 19/agosto 20h. 19 ago. 2021. 1 vídeo (2h57min14s). Publicado pelo canal TV 247. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QyG5r7z3oGM>. Acesso em: 26 nov. 2021.

DAVIS, Angela. *Mulheres Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEREDIA, Vania. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 94, n. 10, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>. Acesso em: 7 set. 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, raça e classe: as controvérsias sobre o paradigma interseccional. In: SOUZA, André R. de; LUSI, Isabela A. de Oliveira; ZANIN, Maria (Orgs.). *Engajamento e reflexão transversal em economia solidária*. São Carlos, SP: EduFSCar, 2020.

MEIHY, José C. Sebe Bom. O samba é Morena de Angola: oralidade e música. *História oral*, [s. l.], v. 7, p. 121-143, 2004.

SESAMPE-DIFESOL. A economia solidária no Rio Grande do Sul. Resultados do 2º mapeamento e cadeias produtivas solidárias nos estados. São Leopoldo: Unisinos, 2013.